

Câmara do Comércio e Indústria e Comissão Especializada do Turismo Empresários do Turismo querem que o Governo dos Açores projecte no tempo o fim da quarentena na Região

A Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada e a Comissão Especializada do Turismo defenderam que o Governo dos Açores deve “definir, com urgência, um calendário contemplando a abertura das ligações internas e com o exterior, a respectiva política de transportes e o fim da quarentena dos viajantes”

A Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada e a Comissão Especializada do Turismo defenderam que o Governo dos Açores deve “definir, com urgência, um calendário contemplando a abertura das ligações internas e com o exterior, a respectiva política de transportes e o fim da quarentena dos viajantes”.

Entendem que a “actual indefinição está a paralisar toda a actividade não só a imediata, mas também para os próximos meses”.

As empresas do sector turístico “precisam, com muita antecedência, de saber com o que podem contar para decidirem quando abrem ou se encerram definitivamente, por incapacidade manifesta de o fazer em face das circunstâncias”, refere a Câmara do Comércio e Indústria.

Pede que se “defina, com urgência, a estratégia a seguir para a retoma da actividade, trabalhando a imagem do destino nos mercados – ‘quem não aparecer esquece’.”

**“Quanto mais tardia a resposta
mais funda a crise”**

“Esta decisão é tão mais premente quando se está a verificar uma grande agressividade de destinos concorrentes, que estão a fazer apostas relevantes na retoma da actividade”, afirmou.

No seu entender, “quanto mais tardia for a resposta regional, mais funda será a crise, maior será o desemprego, para além de ser maior o esforço para voltar a colocar os Açores nos mercados, tarefa que demorou muitos anos a conseguir”.

Quer que se “defenda a capacidade do sector ao nível dos seus recursos humanos, dos investimentos realizados e da sua oferta diversificada, sendo que parte significativa desta pode desaparecer”.

Preconiza que se deve “acompanhar e avaliar, em permanência e em conjunto, a forma como países e regiões estão a retomar a actividade turística, num contexto em que o mundo aprende a lidar com um vírus, que, como dizem os especialistas, vai continuar a existir”.

Esta “é uma realidade com que temos que viver e conviver, enquanto não houver uma vacina e mesmo depois de ela existir. A alternativa será encerrar a actividade turística até que haja a vacina, mas nessa altura, certamente, haveria poucas empresas e muito desemprego, releva.

A Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada tem salientado que “continuará nesta senda, um esforço elevado de acompanhamento do sector do turismo pelos impactos económicos e sociais que acarreta, sendo responsável, em 2019, por mais do que 12% do PIB e 20% do emprego (directo e indirecto) dos Açores”.

Assume que “um colapso do sector do tu-



Hotelaria e restauração açoriana navegam em mar revolto...

rismo provocará uma hecatombe maior do que a da construção civil na última crise, quando aquele sector perdeu mais de 12 000 postos de trabalho”.

**Uma situação considerada
“profundamente preocupante”**

A Direcção da Câmara do Comércio e Indústria e a Comissão Especializada do Turismo abordaram as experiências já iniciadas da retoma da actividade em vários países e regiões e reflectiram sobre as perspectivas que se colocam ao futuro do turismo na Região e, em especial em S. Miguel e Santa Maria.

Foi considerada “profundamente preocupante a situação do sector, que se encontra quase totalmente inactivo, imposições legais directas ou indirectamente, com impactos avassaladores na situação financeira das empresas”.

No que se refere às perspectivas para o sector, analisaram com especial atenção as da Organização Mundial do Turismo (OMT), divulgadas a 7 de Maio, que estima que, em 2020, esta crise “venha a provocar uma redução do turismo entre 60% a 80%, comparativamente com os valores de 2019”.

Estes valores, no entender da Câmara do Comércio e Indústria, “são mais ou menos graves, consoante for mais ou menos cedo a abertura de fronteiras e aliviadas restrições de viagens. Estas estimativas vêm ao encontro das que esta Câmara vinha apontando desde o início da crise”.

São relevadas as estimativas de Prima-

**A Direcção e a Comissão Especializada
“compreendem” que
esta pandemia “alterou
profundamente toda a
situação, mas entendem
que a nível regional é
necessário, desde já, à
semelhança do que aconte-
tece um pouco por todo
o mundo, haver informa-
ção sobre os objectivos e
metas de reabertura por
parte das entidades
competentes”**

vera do Eurostat, para a economia mundial e europeia, apontando para uma recessão global e da totalidade dos países da Europa, com a previsão de que “o ambiente depressivo relativamente a 2019 continuará em 2021”.

“De uma perspectiva inicial de recuperação em V está definitivamente assumido que a recuperação será em U. O cenário de uma recuperação em alguns, poucos meses, alterou-se para um cenário de recuperação de mais de um ano, com implicações muito importantes para a estratégia de apoio sectorial”.

Neste contexto, a Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada “prevê que nos Açores esta crise será mais profunda e prolon-

gada que no resto do país”.

Deu especial atenção às experiências de retoma de actividade em vários países e regiões, com ritmos e características diferenciadas, salientando a existência de exemplos, mesmo a nível nacional, que “evidenciam aspectos positivos e que estão ancorados em políticas públicas de defesa da saúde pública e sua compatibilização com a actividade económica. Todos os exemplos actuais de retoma assumem a convivência com o vírus assumindo as devidas cautelas adicionais da população e das empresas. O cenário de ausência total de infectados não é considerado uma opção”, acrescenta.

**Apoios “importantes mas
claramente insuficientes”**

No que se refere aos apoios disponibilizados para fazer face à pandemia, a Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada, apesar de os considerar “importantes, diz que são “claramente insuficientes para a dimensão desta crise. Muitos deles são complexos, burocráticos, pouco adequados às necessidades reais do sector e muitos já esgotaram as verbas disponíveis. Estas medidas já não são adequadas para uma crise que, neste sector, se vai prolongar por muitos meses”.

No entender da Câmara, para o futuro do Turismo “é necessário planeamento, previsibilidade, clareza de objectivos e de estratégias, para que os operadores e os turistas possam programar as suas actividades”.

A Direcção e a Comissão Especializada “compreendem” que esta pandemia “alterou profundamente toda a situação, mas entendem que a nível regional é necessário, desde já, à semelhança do que acontece um pouco por todo o mundo, haver informação sobre os objectivos e metas de reabertura por parte das entidades competentes”.

Preconizam o prolongamento do “lay-off” simplificado ou criar uma medida equivalente, até que a actividade retome a normalidade, que “se perspectiva só venha a ocorrer no 2º trimestre de 2021”.

Defendem a criação de medidas que “ajudem a suportar custos não salariais, a fundo perdido, uma vez que muitas empresas não terão receitas significativas durante mais de 12 meses”.

“Infelizmente, mesmo que venham a ser criadas as medidas pretendidas, não será possível para muitas empresas manter o seu habitual nível de emprego”, relevem em reacção à decisão governamental que limite o número de desempregados a partir do qual as empresas deixam de ter acesso aos apoios à manutenção de emprego.

J.P.